



---

## Achille Mbembe e a Perspectiva Ontopolítica da Democracia

*Achille Mbembe and the ontopolitical perspective of democracy*

Anna Kristyna Araújo da Silva Barbosa<sup>1</sup>

### RESUMO

A resenha analisa *Democracia como comunidade de vida*, de Achille Mbembe, destacando sua crítica às concepções liberais e institucionais da democracia. O autor evidencia como a democracia moderna foi historicamente constituída em aliança com o colonialismo, o racismo e a necropolítica, tendo o sistema escravista e o capitalismo racial como fundamentos. Ao mesmo tempo, Mbembe propõe uma reimaginação ontopolítica da democracia como comunidade de vida, baseada na interdependência, na vulnerabilidade compartilhada e no cuidado com a Terra. Inspirado por cosmologias africanas e pelo pensamento negro radical, o autor defende um humanismo crítico capaz de enfrentar os desafios políticos, ecológicos e tecnológicos do presente, convidando à reinvenção da democracia como prática de afirmação da vida frente às lógicas contemporâneas de morte.

**Palavras-chave:** Democracia; necropolítica; pensamento negro; comunidade de vida.

### ABSTRACT

This review examines *Democracy as a Community of Life*, by Achille Mbembe, highlighting his critique of liberal and institutional conceptions of democracy. The author shows how modern democracy has been historically constituted in alliance with colonialism, racism, and necropolitics, with slavery and racial capitalism as its foundations. At the same time, Mbembe proposes an ontopolitical reimagining of democracy as a community of life, grounded in interdependence, shared vulnerability, and care for the Earth. Drawing on African cosmologies and radical Black thought, the author argues for a critical humanism capable of confronting the political, ecological, and technological challenges of the present, calling for the reinvention of democracy as a practice that affirms life in the face of contemporary logics of death.

**Keywords:** Democracy; necropolitics; black thought; community of life.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Professora da Secretaria de Educação dos estados de Pernambuco e da Paraíba. Integrante do ARIADNE – Grupo de Estudos e Pesquisa em Pensamento Social e Político Brasileiro (UFPB – Campus I). E-mail: [anna.kristyna@ufpb.br](mailto:anna.kristyna@ufpb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3798-7382>.

## 1. INTRODUÇÃO

A democracia, desde seus primórdios, é um conceito disputado, marcado por tensões entre ideais de igualdade e as formas concretas de organização política. Jacques Rancière chama atenção para o caráter paradoxal e disruptivo da democracia ao afirmar que o poder do *démos* não pode ser o de nenhum grupo específico, mas justamente o daqueles que não possuem nenhum título legítimo para governar. Como explica Rancière (2014a) é justamente nesse ponto que reside o “escândalo antinatural da democracia”, pois ela rompe com a ideia de que uma qualidade particular possa legitimar um grupo a exercer o governo. Esse entendimento enfatiza que a democracia não é uma forma de governo estável, mas uma abertura permanente ao conflito e à igualdade radical. Além disso, Rancière (2014b, p. 8) lembra que “a própria palavra é a expressão de um ódio. Foi primeiro um insulto inventado na Grécia Antiga por aqueles que viam a ruína de toda ordem legítima no inominável governo da multidão”. Essa perspectiva reforça o caráter subversivo da democracia, cujo nascimento já esteve associado a uma ameaça à ordem estabelecida.

É nesse horizonte que Achille Mbembe, em *Democracia como comunidade de vida*, propõe uma reflexão que expande e desloca as concepções tradicionais. Para ele, a democracia não pode ser reduzida a instituições, leis ou maiorias numéricas, mas deve ser pensada como experiência compartilhada da existência, um viver-em-comum fundado na hospitalidade e no reconhecimento da vulnerabilidade de todos. Ao propor essa perspectiva, Mbembe convida a imaginar uma democracia enraizada no cuidado com a vida, contrapondo-se às lógicas de exclusão e morte que estruturam o mundo contemporâneo. Nesse sentido, Mbembe observa que habitamos uma espécie de cosmogonia bifurcada, a qual ameaça as próprias condições de continuidade da vida no planeta. Tal cosmogonia, segundo o autor, exige uma redefinição da condição humana, clamando pela sua superação e até transcendência, em direção a uma saída possibilitada pela tecnologia, que visa libertar o ser humano dos limites de seu corpo e, em última instância, da própria Terra (Mbembe, 2025).

Inspirando-se em cosmologias africanas e diaspóricas, Mbembe sugere que a democracia e a Terra devem ser compreendidas como uma mesma comunidade de vida, na qual a interdependência e a vulnerabilidade de todos os seres constituem o núcleo da experiência democrática contemporânea (Mbembe, 2025). Essa perspectiva se relaciona com reflexões anteriores do autor, especialmente em *Brutalismo*, em que ele analisa o poder não apenas como força política ou social, mas também como um fenômeno material que atua sobre o mundo e sobre os corpos humanos. Segundo Mbembe, o poder contemporâneo se manifesta por meio de processos de *fraturação* e *fissuração* que operam em níveis molecular, químico e geofísico, transformando as formas de vida e

produzindo novos modos de existência. Dessa forma, a política deixa de ser apenas um conjunto de instituições e normas para se tornar um conjunto de técnicas que moldam a vida, demonstrando como a democracia, em sua dimensão ontopolítica, está profundamente vinculada à condição do planeta e à transformação dos sujeitos que nele habitam.

Em *Brutalismo*, Mbembe observa que “a transformação em matéria e energia é o projeto final do brutalismo” (Mbembe, 2021, p. 19), indicando uma direção em que a vida e o mundo se tornam cada vez mais moldáveis e controláveis. Em diálogo crítico com Carl Schmitt e sua concepção de *Nomos da Terra*, Mbembe questiona a limitação da perspectiva schmittiana, centrada na divisão soberana do espaço e nas ordens geopolíticas estabelecidas, por sua incapacidade de lidar com as novas dimensões planetárias e ecológicas do poder. Para o autor, o século XXI inaugura um caminho rumo a um mundo da natureza fabricada e do ser humano maleável, demandando a construção de um novo *nomos da Terra*. Nesse sentido, ele defende que “é preciso, num gesto de hibridização da matéria e do espírito, repatriar o humano de volta ao ponto de junção do material, do imaterial e do incorpóreo [...]” (Mbembe, 2021, p. 19).

Mbembe ainda destaca a África como um espaço particularmente revelador para repensar essas questões, afirmando que “*é no continente africano, berço da humanidade, que a questão da Terra se colocará a partir de agora de maneira mais inaudita, mais complexa e mais paradoxal*” (Mbembe, 2021, p. 30 – grifo do autor). Além disso, ele observa que a experiência da África do Sul no período pós-apartheid ilustra os desafios de uma política afirmativa voltada à reconstrução social (Mbembe 2025). A superação de séculos de brutalidade racial exigiu a mobilização de possibilidades criativas anteriormente negadas ou reprimidas, possibilitando a construção de novos horizontes sociais de esperança. Nesse contexto, o humanismo tradicional, muitas vezes operando como um aparato ideológico, é substituído por um humanismo crítico, atento à diversidade de códigos sociogênicos que constituem o humano.

Essa perspectiva se alinha ao projeto intelectual de Sylvia Wynter, para quem é necessário resgatar um humanismo radical, capaz de produzir uma autoconcepção de humano que não recaia na desvalorização de determinados códigos sociogênicos. Wynter enfatiza que tal resgate não depende apenas da academia ou das divisões disciplinares tradicionais, mas de uma prática epistêmica que reorganize coletivamente a forma como se pensa a vida, a política e a humanidade (Wynter, 2006). Para Mbembe, portanto, repensar a democracia, o humano e a Terra requerer não apenas análise crítica, mas também a ativação de capacidades práticas e criativas, capazes de engendrar novos modos de viver e coexistir no planeta.

Mbembe radicaliza essa discussão ao mostrar como a própria democracia, em sua forma moderna e liberal, foi historicamente sustentada por práticas de exclusão e morte. Para ele, a

necropolítica não é uma exceção ou desvio, mas constitutiva da racionalidade política ocidental. O sistema escravista e o regime plantation aparecem como modelos paradigmáticos: espaços de drenagem da vitalidade humana e de exploração exaustiva, nos quais a vida era esvaziada de sua potência até o limite máximo. Nesse sentido, a democracia moderna nasce em aliança com uma racionalidade instrumental, que planeja e calcula a morte de populações inteiras em nome da produção de riqueza. Ao examinar o presente, o filósofo camaronês identifica quatro eixos em que essa lógica se atualiza: o *margeamento*, a *humanidade enjaulada*, a *necropolítica* e o *aniquilamento*. Esses são os “laboratórios contemporâneos de brutalização”, nos quais novas precariedades são constantemente introduzidas enquanto antigas se reforçam. Daí sua observação de que “esse tipo de morte faz parte da história da democracia, especialmente quando a democracia é vista do ponto de vista da experiência vivida de comunidades racializadas em lugares como Estados Unidos, Brasil e África do Sul, os três caldeirões do racismo da modernidade” (Mbembe, 2025, p. 27).

Essa crítica ecoa e amplia o diagnóstico de autores como W. E. B. Du Bois, Aimé Césaire, George Padmore, George Jackson e Angela Davis, que mostraram como a democracia liberal contém em sua própria estrutura e substância a possibilidade de se converter em formas ainda mais autoritárias, como o fascismo. Mbembe observa: “o fascismo racial tem origem na própria democracia liberal” (Mbembe, 2025, p. 28). Essa afirmação coloca em xeque a ideia, recorrente nas narrativas liberais, de que o fascismo representaria uma ruptura externa ou anômala em relação à ordem democrática. Ao contrário, tanto a tradição do pensamento negro radical quanto a crítica marxista têm insistido que o fascismo é um produto interno do capitalismo e, mais especificamente, de suas crises. Ao desenvolver o argumento de que o fascismo racial nasce da própria democracia liberal, Mbembe reitera uma lição compartilhada por diferentes correntes críticas: a democracia moderna, fundada na expansão colonial e na economia escravista, nunca esteve alheia ao autoritarismo, mas sempre abrigou em sua substância a possibilidade de convertê-lo em norma. O que está em jogo é perceber que tanto a racionalidade instrumental do capitalismo quanto a promessa democrática liberal foram historicamente sustentadas pela violência racializada, pela precarização da vida e pela administração sistemática da morte. A análise de Padmore em *How Britain Rules Africa* (1936) é central nesse ponto, pois revela a existência de um “segundo fascismo”, o fascismo colonial, que antecede e molda, em muitos aspectos, o fascismo metropolitano. Já Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (1950), denunciava o fascismo europeu como um “efeito bumerangue”: aquilo que havia sido experimentado e normalizado nas colônias retornava às metrópoles sob a forma de violência autoritária.

Mbembe retoma esse argumento para mostrar que o colonialismo não apenas continha um potencial fascista, mas que esse potencial era parte integral de sua lógica constitutiva. Nesse quadro,

a democracia moderna revela sua face paradoxal: ao mesmo tempo em que se apresenta como projeto de liberdade e cidadania, sustenta-se sobre a exclusão de vastas populações, submetidas ao “invivível”. A questão que o autor coloca é, então, perturbadora: como populações vivem sob condições que tornam a vida mesma insuportável, e como regimes políticos se sustentam reproduzindo, de forma planejada e calculada, essas precariedades?

O gesto teórico de Mbembe, portanto, é duplo. De um lado, ele desvela o enraizamento da democracia liberal em práticas necropolíticas e fascistas, mostrando como a promessa emancipatória foi sistematicamente acompanhada de mecanismos de brutalização, aniquilamento e gestão diferencial da morte. De outro, ele se volta para a possibilidade de uma reimaginação da política como “comunidade de vida”. Essa proposta não significa apenas uma reformulação institucional, mas a ativação de capacidades criativas e práticas de coexistência que rompam com a racionalidade instrumental moderna e abram espaço para novos modos de viver em comum no planeta. Ao articular crítica e horizonte, *Democracia como comunidade de vida* se insere em uma tradição de pensamento negro radical que, desde Du Bois até Angela Davis, expõe o caráter estruturalmente excludente da democracia liberal e insiste na necessidade de reinventá-la desde as margens. Mbembe dá a esse esforço uma potência contemporânea singular, recolocando a democracia não como regime consolidado, mas como campo em disputa, marcado por tensões entre morte e vida, entre exaustão e criação, entre fascismo e comunidade.

A obra *Democracia como comunidade de vida* convida o leitor a pensar a democracia para além de suas formas institucionais, interrogando suas contradições internas diante da violência racial, colonial, ambiental e tecnológica. O texto revela como a prisão se converte em laboratório de estratégias fascistas aplicadas cotidianamente a populações racializadas, como o colonialismo deixa heranças profundas de exclusão e genocídio, e como o capitalismo de plataformas, em aliança com tecnologias de vigilância e inteligência artificial, amplia desigualdades enquanto opera sobre um histórico de segregação racial. A “respiração”, nesse contexto, torna-se metáfora política fundamental, conectando violência policial, pandemia e mudanças climáticas a um horizonte comum de sufocamento.

Nesse cenário, Gaza surge como emblema da falência ética global. Não se trata apenas de um território marcado pela guerra, mas de uma zona de experimentação permanente da necropolítica, onde a democracia liberal mostra seus limites ao tolerar e muitas vezes sustentar o massacre sistemático de uma população inteira. Gaza é o espelho que devolve ao mundo a imagem de uma democracia cúmplice da barbárie, incapaz de preservar a vida diante da lógica da morte. É nesse ponto que a reflexão de Mbembe ganha densidade para compreender a atualidade:

O brutalismo não se resume, no entanto, apenas aos horrores da guerra e outras atrocidades. Ele é, em certa medida, a forma pela qual a intoxicação se comporta, o poder traduz o horror e as situações extremas e nos devolve daqueles e daquelas que ele brutaliza. Esse processo de miniaturização e de molecularização está na origem de um metabolismo social” (Mbembe, 2021, p. 46).

O brutalismo de Gaza não se limita à destruição bélica. Ele exemplifica como a violência extrema é molecularizada e integrada a um metabolismo social mais amplo, no qual a vida é continuamente precarizada, vigiada e exposta à morte. Esse metabolismo encontra no neoliberalismo um de seus principais motores: trata-se de um regime que, em nome da eficiência e da maximização do lucro, normaliza a exclusão, naturaliza desigualdades e converte populações inteiras em descartáveis. Ao transformar direitos em mercadorias e vidas em números, o neoliberalismo colabora para a manutenção de espaços como Gaza, onde a catástrofe não é um acidente, mas uma política.

Diante disso, a obra nos obriga a encarar a pergunta crucial: como falar de democracia se estamos inseridos em um sistema que produz incessantemente formas de matar e de tornar o mundo autodestrutivo? O presente é atravessado pela catástrofe, pela promessa do progresso e sua face de destruição. Talvez a questão que reste seja: não seria a própria ideia de progresso, tal como a cultivamos, inseparável do anúncio da catástrofe?

## REFERÊNCIAS

MBEMBE, Achille. *Brutalismo*. São Paulo: n-1 edições, 2021.

MBEMBE, Achille. *Democracia como uma comunidade de vida*. São Paulo: n-1 edições, 2025.

RANCIÈRE, Jacques. *Ainda se pode falar em democracia?* Lisboa: KKYM, 2014a.

RANCIÈRE, Jacques. *Ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014b.

WYNTER, Sylvia. On how we mistook the map for the territory, and re-imprisoned ourselves in our unbearable wrongness of being, of désêtre – Black studies toward the human project. In: GORDON, Lewis R.; GORDON, Jane Anna (org.). *Not only the master's tools: African-American studies in theory and practice*. Boulder; Londres: Paradigm Publishers, 2006.

## Licença e Direitos:

Achille Mbembe e a Perspectiva Ontopolítica da Democracia, direitos autorais de Anna Kristyna Araújo da Silva, 2026, licenciado sob [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

